

# I

## Surpresa, perplexidade, interrogação

O velho provérbio “Tal pai, tal filho” parecia afirmar uma evidência e não suscitava nenhuma contradição, ou sequer qualquer dúvida, na sucessão de gerações, por séculos e séculos, amém! Foi de modo deliberado e consciente que quis fazer dele uma questão e ornamentá-lo com dois pontos de interrogação. Não por elegância de estilo, para atrair a atenção. Mas para exprimir o meu espanto e sublinhar, desde o início, que este livro não contém nem o bem argumentado enunciado de uma tese nem a irrefutável explicação de uma tomada de posição militante. Este livro é apenas uma série de interrogações apresentada ao leitor, homem ou mulher, pai ou mãe, ou celibatário sem filhos, mas sem dúvida filho ou filha de um pai. Gostaria de partilhar com eles as minhas surpresas e perplexidade.

O silêncio em relação à evolução da paternidade, sobre aquilo que acontece aos pais, sobre os riscos que podem muito bem afectar os filhos, um tal silêncio espanta-me. Antes do mais como socióloga. Como é possível que tais mudanças factuais, nas leis, nos costumes e nas mentalidades não tenham qualquer eco, ou tenham um eco tão frágil? Nada de sondagens nem de contra-sondagens, nenhum inquérito de atitudes ou de opiniões, nenhuns estudos transversais ou longitudinais, nenhuma séries de artigos opondo hipóteses explicativas divergentes, lacanianas ou economicistas, nenhuns brilhantes exegetas, nenhuns neologismos em “ismo”...

Perante o espesso silêncio dos observadores da nossa sociedade, a paternidade perdeu a sua arrogância, viu-se despojada de quase todas as suas milenares prerrogativas, ferida, espezinhada, até ignorada em certos casos, posta em dúvida, substituída, atamancada, imitada. E, no entanto, foram adoptadas novas leis, cujo efeito sobre os pais se poderia muito bem procurar conhecer, agora que já são aplicadas há um quarto de século. Existem, contudo, dados numéricos sobre o exercício da paternidade que poderíamos muito bem, se assim o desejássemos, reunir em eloquentes estatísticas, de modo a tomar consciência da amplitude do fenómeno, das suas evoluções e ritmo.

Nada disso se passa. Sociólogos e psicólogos parecem completamente indiferentes aos efeitos das leis — que de 1964 a 1975, subverteram à repartição de papéis na família e o exercício da parentalidade — no desejo de ser pai, na vivência da paternidade, no papel que o pai ocupa nas novas famílias. Por sua vez, os sociodemógrafos nem sequer recensearam ainda quantos pais existem neste país — e pretendem que isso é impossível. E como é evidente não procuraram elaborar uma tipologia dos pais, de acordo com a sua idade, a categoria sociocultural, o estatuto matrimonial, o número e a idade dos seus filhos.

Como seria então possível saber quais as mudanças que afectaram a população dos pais nos últimos 25 anos? Ignoram-se os números e as séries que deles se poderiam extrair; renuncia-se aos inquéritos e opiniões que se poderiam recolher. A paternidade não é um tema.

### *Nós queríamos “fazer” voluntariamente os nossos filhos*

Enquanto mulher não me espanto menos com o silêncio que reina na frente masculina — se é que existe uma frente masculina. Fiz parte da frente feminina pois fundei, já há muito tempo, com a doutora Marie-Andrée Lagroua Weill-Hallé, a associação que se tornou o Movimento Francês para o Planeamento Familiar (MFPF). Isso significa que conheci, jovem mulher, o tempo em que, sem pílula nem diafragma, todo o controlo da fecundidade me era impossível e interdito — e que não suportei uma tal situação, a

ponto de me lançar sem reservas numa campanha que hoje é difícil imaginar como foi rude e perigosa. As jovens mulheres de hoje não conseguem suportar o que poderia ser a vida feminina sem a contracepção. Pensam, em geral, que aquilo por que lutávamos, aquilo que queríamos, nesses tempos que lhes parecem pré-históricos, era “fazer amor sem receio” e não ver a vida amorosa desaparecer com medo de ficar grávidas. O vocabulário popular exprimia muito bem o que eram as ratoeiras do acaso porque se dizia então “ficar” grávida ou “ser apanhada” — de facto, o contrário da liberdade. Mas se as jovens mulheres de hoje pensam que aquilo que procurávamos então era a nossa própria descoberta, o nosso desenvolvimento, a nossa “realização” sexual — enganam-se.

Quero testemunhar que estávamos muito longe de imaginar aquilo que nos esperava por detrás da porta, finalmente aberta, da liberdade sexual. Algumas, é certo, sonhavam com um paraíso sem pecado, mas não conseguiam imaginá-lo. Outras estavam seguras e certas de que a libertação da sua sexualidade haveria de lhes trazer a saúde psíquica: profetizavam o fim das nevroses, das ansiedades, das depressões femininas, a partir do momento em que fossem protegidas por uma contracepção eficaz. Outras esperavam o remédio milagroso capaz de fazer durar o amor e de assim salvar os casamentos. Outras pretendiam dispor da própria vida de modo a poderem adquirir a independência; controlar a sua gravidez parecia-lhes a condição primeira para exprimirem os seus dons e aspirações no trabalho ou na criação.

Não, a nossa luta por uma contracepção eficaz não tinha por objectivo primeiro a liberdade sexual plena e integral. Queríamos «fazer» voluntariamente os nossos filhos. Tínhamos um poderoso desejo de ter filhos, mas não de ter «filhos apesar de nós»<sup>1</sup>. Antes do «planeamento familiar» (MFPP), a nossa associação chamou-se «a maternidade feliz» durante dois anos. As mulheres queriam antes do mais, e de modo muito nítido, ser parte activa na decisão de terem um filho, queriam ser mães voluntárias. Controlar a sua fecundidade, controlar a fecundidade.

<sup>1</sup> Título da primeira obra surgida sobre esta questão, publicada em 1955 pelas edições de *Minuit* e cujo autor foi Jacques Derogy.

*Eles tinham o poder de decisão*

É preciso lembrar que os métodos contraceptivos que então existiam eram pouco seguros e os seus resultados aleatórios, e ainda que todos, ou quase todos, passavam pela vontade do homem em os aplicar. As mulheres podiam muito bem comprar «calendários Ogino» e esforçar-se por calcular os dias em que «não arriscavam nada» e os dias em que poderiam ser fecundas. As mais instruídas e ansiosas podiam muito bem medir todos os dias a temperatura ao despertar para ir no encaço da misteriosa ovulação —, que nem por isso dependiam menos do seu parceiro masculino. Queria ou não ele abster-se durante os dias críticos? Em caso negativo, queria ou poderia «retirar-se» a tempo? As mulheres estavam submetidas à boa ou má vontade, ao bom ou ao mau autocontrolo dos seus maridos ou dos seus namorados de ocasião.

Eram eles que detinham o temível poder de «ter cuidado». Alguns não o queriam ter, alguns não o podiam ter. Havia os que «sabiam viver» — para usar uma expressão consagrada. Mas havia também ardentes amorosos a quem faltava por vezes o necessário sangue-frio; havia os desajeitados, os grosseiros, os patifes do *coitus non interruptus*. Responsáveis ou irresponsáveis, voluntária ou involuntariamente eram os homens que «faziam» os filhos que as mulheres deviam carregar e dar à luz.

Eles tinham, de certo modo, o poder de decisão. Se desejávamos a todo o custo um filho, era-nos preciso passar pelo filtro da sua vontade, do seu desejo ou recusa de ser pai. Podíamos fingir, enganá-los em relação às datas, convencê-los, cativá-los. Mas não podíamos forçá-los. É certo que eram inúmeros os homens que tinham «filhos que não queriam» por falta de jeito, inconsciência ou abandono aos mistérios da providência. Mas daqueles que não queriam de modo algum ser pais, desses era impossível ter um filho.

Enquanto mulher, sei muito bem que não é por acaso que se baptizou como «sistema patriarcal» o modo de vida que assegurou durante tantos séculos a supremacia masculina nas sociedades de todos os países desenvolvidos e na imensa maioria dos países do Terceiro Mundo. Uma tal supremacia afirmou-se nos mais diversos domínios: não apenas nos lares e famílias, mas ainda na aquisição dos saberes e no exercício dos poderes, na cidade, na nação, através

do dinheiro, das armas, das leis. Mas nunca se falou de sistema «virilista», ou «masculinista», porque, como veremos no próximo capítulo, ele não repousava na preponderância do homem sobre a mulher, mas na supremacia do *pai*.

A partir da altura em que o homem reconheceu que transmitia a vida através da mulher, pôde organizar o seu poder de modo durável, para além da morte, assegurando-se da sua descendência, conferindo aos filhos a sua identidade, adquirindo títulos e bens que podia transmitir. Poderia tornar-se o senhor do mundo se dominasse a sobrevivência através dos seus descendentes. Para isso tinha de decidir ser pai, ter a certeza de ser o pai — domesticar a mulher, quer dizer, encerrá-la nos limites da casa (*domus*) de modo a que o poder por excelência da mulher, a fecundidade, fosse colocado ao serviço da sua própria perpetuação, da sua paternidade.

### *O sistema patriarcal vacila*

A minha primeira interrogação, a minha primeira surpresa enquanto mulher, neste extremo final do século XX, diz respeito a este famoso sistema patriarcal. Como agora é apenas a mulher que dispõe dos meios de contraceção eficazes, como é ela a única que pode decidir se terá ou não o filho, o poder mudou de sexo. Actualmente, a mulher pode privar de paternidade um homem que deseje ter um filho. Ela pode também tornar pai um homem que não queria ter filhos. Ao seu poder específico — a fecundidade — acrescentou o controlo dessa fecundidade, a possibilidade de decidir. Fazendo isso, roubou ao homem o fogo do céu, esse fogo com o qual Prometeu esperava animar as criaturas de argila que moldava, para tentar criar a vida sem a mulher.

A pedra angular sobre a qual se edificara o sistema patriarcal estilhaçou-se. A mulher tornou-se a que decide e a que dá à luz. É ela que escolhe o homem com o qual fará o seu filho, é ela que escolhe o período que pensa ser mais favorável ao seu projecto. Desempenha, de certo modo, ao mesmo tempo, os papéis de pai e mãe na origem do filho. Se o homem quer um filho da sua companheira, mas se ela não o desejar, ele não possui nenhum meio de concretizar o seu projecto de ter um filho dela. Se o homem não quer ter um filho,